

# A EXTENSÃO RURAL AGROECOLÓGICA DESDE UMA ABORDAGEM DA SOCIOLOGIA AMBIENTAL

Dejoel de Barros Lima<sup>1</sup>

## RESUMO

Analisar a temática da extensão rural agroecológica e como esta se insere na perspectiva das abordagens realista e/ou construtivista que tratam da relação sociedade e natureza é o objetivo deste trabalho. Na elaboração de um programa de desenvolvimento rural como o proposto pela EMATER/RS-ASCAR depara-se com a missão institucional, os objetivos estratégicos e as estratégias de ação, que orientam a administração institucional. Isso nos instiga a levantar questões sobre como um novo modelo de extensão rural é socialmente construído. O discurso e a prática de uma nova extensão rural, ancorada nos princípios agroecológicos e visando a um desenvolvimento rural sustentável, apresentam, portanto, um cenário que envolve pressupostos sobre as relações entre sociedade e natureza, entre “leigos” e “peritos”, que merece ser estudado pela abordagem da sociologia ambiental. O trabalho está organizado de maneira a apresentar inicialmente os referenciais teórico-conceituais da sociologia ambiental sobre o construtivismo e o realismo, abordados por alguns autores, como Guivant, Hannigan, Buttel, e o conceito de risco, discutido por Beck. Os pressupostos da extensão rural agroecológica são apresentados e discutidos, correlacionando-os com estes referenciais teóricos, buscando explicar se ela foi construída socialmente e de que forma. Nas conclusões procuramos responder se a construção social foi bem sucedida.

**Palavras-chave:** agroecologia, extensão rural, sociologia ambiental.

## INTRODUÇÃO

Analisar a temática da extensão rural agroecológica e como esta se insere na perspectiva das abordagens realista e/ou construtivista/ construcionista<sup>2</sup> que tratam da relação sociedade e natureza é o objetivo deste trabalho.

Esta nova proposta de extensão rural pode ser focalizada pelo prisma da sociologia ambiental, como forma de abordar problemas ambientais através de posições realistas e/ou construtivistas. A posição realista, em linhas gerais, é baseada em fatos objetivos, na existência concreta de problemas socioambientais independentemente da forma como estes são percebidos pelos atores sociais. Já na posição construtivista, estes problemas

---

<sup>1</sup> Eng. Agr<sup>o</sup>, doutorando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: dejoelbl@ig.com.br

<sup>2</sup> Os termos construtivismo e construcionismo, com suas derivações, apresentam o mesmo significado e aparecem dessa forma para manter fidelidade em relação à opção de cada autor.

socioambientais dependem de como os diversos grupos e atores sociais o interpretam, isto é, como eles são percebidos, definidos e respondidos.

Na elaboração de um programa de desenvolvimento rural como o proposto pela EMATER/RS-ASCAR nos deparamos com a missão institucional, os objetivos estratégicos e as estratégias de ação, que orientam a administração institucional. Isso instiga a levantar questões sobre como um novo modelo de extensão rural é socialmente construído, e claro, como se estabelece esta nova agricultura e o novo agricultor, e como se forma um novo profissional capaz de responder aos desafios para implementação do programa.

O discurso e a prática de uma nova extensão rural, ancorada nos princípios agroecológicos e visando a um desenvolvimento rural sustentável, apresentam, portanto, um cenário que envolve pressupostos sobre as relações entre sociedade e natureza, entre ciências sociais e ciências naturais e entre “leigos” e “peritos”, que merece ser estudado por estas abordagens da sociologia ambiental.

O trabalho está organizado de maneira a apresentar inicialmente os referenciais teórico-conceituais construtivistas e realistas da sociologia ambiental abordados por alguns autores, como Guivant (2002), Hannigan (1997), Buttel (2000), e o conceito de risco, discutido por Beck (1995). Em seguida, são apresentados os pressupostos desta nova extensão rural, discutidos sobretudo no artigo de Caporal e Costabeber (2000), do primeiro número da Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável da EMATER/RS-ASCAR e em artigo de Caporal (2004), ainda não publicado, onde são apresentados e discutidos os principais resultados alcançados desta nova extensão rural, no período de 1999 a 2002. Na seqüência, é feita uma análise da extensão rural agroecológica procurando correlacioná-la com estes referenciais teóricos da sociologia ambiental, buscando explicar se ela foi construída socialmente e de que forma, para finalmente, apresentar as conclusões. Este trabalho se limita a estudar apenas um dos lados, o de quem emite o discurso.

## **1. O CONSTRUTIVISMO E O REALISMO NA SOCIOLOGIA AMBIENTAL<sup>3</sup>**

Guivant (2002) discute o debate entre realistas e construtivistas sociais na sociologia ambiental e as implicações para o desenvolvimento rural sustentável e participativo. A posição realista, em linhas gerais, é baseada em fatos objetivos, na existência concreta de problemas socioambientais independentemente da forma como estes problemas são

percebidos pelos atores sociais. Já na posição construtivista, estes problemas socioambientais dependem de como os diversos grupos e atores sociais o interpretam, isto é, como eles são percebidos, definidos e respondidos.

As críticas presentes neste debate apontam, do lado da corrente realista, a possibilidade do construtivismo social cair num relativismo sobre as verdades em relação aos problemas ambientais, o que levaria a uma passividade política. Para a corrente construtivista, os realistas não poderiam assumir-se com o direito de falar pela “natureza”, porque os conhecimentos são parciais e embasados em julgamento de valor.

Para além desta polaridade entre realistas e construtivistas, a autora apresenta posições intermediárias, com misturas que enfatizam mais o argumento construtivista ou realista. Neste sentido, aparece o construtivismo social fraco que afirma a importância da realidade objetiva, mas procura entender quando e como surge um problema ambiental enquanto tal e como se negociam as suas soluções e também formulações teórico-conceituais que visam a um equilíbrio entre as duas correntes. No construtivismo social “fraco” os riscos ambientais podem ser interpretados como baseados em fatos objetivos, sujeitos a fórmulas científicas, que por sua vez são mediados, percebidos e respondidos por processos sociais, culturais e políticos. Já para um construtivismo social “forte” nada é um risco em si mesmo, ou seja, na realidade não há riscos ambientais. Os riscos ambientais não poderiam ser plenamente conhecidos de forma objetiva, fora de um sistema de crenças, de contextos socioculturais. Esta é uma posição mais relativista, que defende que os riscos só passam a ser estabelecidos quando os atores sociais os reconhecem e os categorizam enquanto riscos.

Assim, a perspectiva construtivista na sociologia propõe entender como as pessoas atribuem significados a seus mundos e à sociologia ambiental cabe a tarefa de analisar como os problemas ambientais são montados, apresentados e contestados.

A partir do estudo de diversos autores, Spector, Kitsuse, Gustfield, Best, dentre outros, Hannigan (1997) discute a construção social dos problemas ambientais e aponta o construcionismo como uma ferramenta analítica importante para o campo científico da sociologia. Ao apresentar sua abordagem social construcionista do ambientalismo e do ambiente, Hannigan refere-se às vantagens desta perspectiva em relação a outras abordagens teóricas por estas não darem conta de justificarem adequadamente a forma como os problemas ambientais são definidos, articulados e regulados pelos atores sociais.

---

<sup>3</sup> Não se pretende aqui aprofundar o debate entre as duas correntes, apenas situá-lo no campo da sociologia ambiental, apresentando a linha mestra de cada uma para analisar a proposta de extensão rural agroecológica.

Para chegar à abordagem social construcionista, parte da crítica à sociologia dos problemas sociais, sobretudo da corrente estruturalmente funcional, onde a existência de problemas sociais é realçada como produtos diretos das condições objetivas prontamente identificáveis, distintas e visíveis (crime, divórcio, doenças mentais). Nestes casos, o papel dos sociólogos enquanto peritos era localizar e analisar estas violações morais e aconselhar os formuladores de políticas na melhor forma de enfrentar a situação, e ainda, suscitar ao público leigo uma conscientização e compreensão das condições preocupantes. Questionada por apresentar os problemas sociais como condições estáticas, e não como “seqüências de acontecimentos” que se desenvolvem com base nas definições coletivas, a corrente realista perde fôlego e cede espaço para a corrente onde a formulação social do problema tem se direcionado no sentido do âmago da teorização dos problemas sociais, onde uma análise construcionista tem uma preocupação com a forma como as pessoas determinam o significado do seu mundo.

Uma abordagem da formulação social, portanto, reconhece até que ponto os problemas e soluções ambientais são produtos finais de um processo de definição social, legitimação e negociação dinâmicos, nas esferas públicas e privadas.

Na mesma linha do construtivismo social apresentado por Guivant, críticas são apontadas na abordagem social construcionista de Hannigan, pois na medida em que a análise construcionista diz respeito à natureza relativa ou contingente dos problemas sociais ou ambientais, ela corre o risco de negar a existência danosa de problemas graves da “vida real”, caindo num certo relativismo.

### **1.1. Construcionismo como ferramenta analítica**

Hannigan (1997) traça a constituição de uma ferramenta analítica construcionista, orientada por três focos, que foram sugeridos por Best (apud Hannigan 1997), para o estudo dos problemas sociais:

(i) a natureza das exigências

“Algumas questões devem ser consideradas quando se analisa o conteúdo ou a natureza da exigência: o que é dito sobre o problema? Como é que o problema está tipificado? Qual é a retórica da criação das exigências e como é que as exigências são apresentadas como forma de persuadir o seu público? A retórica implica a utilização deliberada da linguagem e contém três componentes principais ou categorias de afirmações: bases, garantias e conclusões. As bases (que podem ser definições, exemplos ou estimativas numéricas), ou dados, fornecem os fatos básicos que moldam o discurso subsequente da criação de exigências. As garantias são justificativas para

exigir que seja levada a cabo uma ação e as conclusões tornam clara a ação que é necessária para aliviar ou erradicar um problema social” (Hannigan, 1997, p. 51).

(ii) os formuladores de exigências

“Os formuladores de exigências desempenham um papel importante na construção das exigências dos problemas sociais. Portanto, é necessário conhecer a identidade dos formuladores de exigências (o segundo foco do estudo), e para tal deve-se levantar algumas questões: os formuladores de exigências estão filiados em organizações específicas, movimentos sociais, profissões ou grupos de interesse? Eles representam os seus próprios interesses ou de terceiros? Eles têm experiência ou são novatos?” (Hannigan, 1997, p. 51).

(iii) o processo de criação de exigências

“No processo de criação de exigências são considerados três subprocessos: animação, legitimação e demonstração do problema social. Estes não ocorrem de forma seqüencial, independentemente, mas são sobrepostos, e em conjunto resultam numa arena pública construída à volta dos problemas sociais. Ainda sobre o processo de criação de exigências algumas questões úteis: a quem é que os formuladores de exigências se dirigem? Existem exigências rivais? Que preocupações e interesses é que o público dos formuladores de exigências levantaram, e como é que moldaram as respostas dos públicos às exigências? Como é que a natureza das exigências ou a identidade dos formuladores de exigências afetam a respostas dos públicos?” (Hannigan, 1997, p. 51).

## **2. CONTEXTUALIZANDO A EXTENSÃO RURAL AGROECOLÓGICA**

A Extensão Rural Agroecológica é definida como

“o processo de intervenção de caráter educativo e transformador, baseado em metodologias de investigação-ação participante que permitam o desenvolvimento de uma prática social mediante a qual os sujeitos do processo buscam a construção e sistematização de conhecimentos que os leve a incidir conscientemente sobre a realidade. Ela tem o objetivo de alcançar um modelo de desenvolvimento socialmente equitativo e ambientalmente sustentável, adotando os princípios teóricos da Agroecologia como critério para o desenvolvimento e seleção das soluções mais adequadas e compatíveis com as condições específicas de cada agroecossistema e do sistema cultural das pessoas envolvidas no seu manejo” (Caporal e Costabeber, 2000, p.33).

A construção dessa nova extensão parte da crítica ao modelo de agricultura capitalista, baseado na produtividade e na rentabilidade, obtidas com intensivo uso de insumos químicos, biológicos e mecânicos (externos ao agroecossistema) e ao modelo difusionista e

homogeneizador, que tem marcado a história da extensão rural, atrelado que está a este modelo de agricultura.

Por sua vez, essa crítica se estende de forma mais ampla ao “modelo hegemônico mundial”, este assentado na “racionalidade econômica e na dominação política, que tem provocado a degradação ambiental, a exclusão social, o aquecimento global do planeta com graves conseqüências para o futuro das espécies humanas e não-humanas”. Esse impacto seria traduzido por crises socioambientais que precisariam ser enfrentadas com novas visões de mundo, novos aportes teóricos e metodológicos, novo profissionalismo, com ética e compromisso social. Neste contexto, situa-se a nova proposta de extensão rural agroecológica, desenhada e implantada no Rio Grande do Sul, no período de 1999 a 2002. Nas palavras de Caporal e Costabeber (2000, p. 17)

“A Extensão Rural Agroecológica constitui-se num esforço de intervenção planejada para o estabelecimento de estratégias de desenvolvimento rural sustentável, com ênfase na participação popular, na agricultura familiar e nos princípios da Agroecologia como orientação para a promoção de estilos de agricultura socioambiental e economicamente sustentáveis. Na realidade, se trata de um enfoque de intervenção rural oposto ao difusionismo reducionista homogeneizador que, desde meados do século XX, auxiliou a implantação do modelo de agricultura de tipo Revolução Verde”.

## **2.1. Os protagonistas da nova Extensão Rural**

Já em 1994, em um texto intitulado *Por uma nova extensão rural: fugindo da obsolescência*, Caporal e Costabeber alertavam para a necessidade de uma mudança drástica na extensão rural pública, capaz de atender as novas demandas da sociedade em relação aos problemas socioambientais. Diziam eles: “não podemos nos deixar levar pelo imobilismo conservador que continua aprisionando as organizações públicas de extensão rural” e sugeriam que “os ensinamentos da Agroecologia (...) poderão se tornar necessidades inadiáveis, com vistas a promover a recuperação e a conservação dos recursos naturais no âmbito das unidades familiares de produção”. Alertavam ainda para a “necessidade imediata de um enfoque extensionista orientado a resolver a problemática socioambiental decorrente da aplicação do modelo convencional de desenvolvimento, em geral, e do modelo químico-mecânico na agricultura em particular” (Caporal e Costabeber, 2000, p. 17).

Em 1999, quando assumiu pela primeira vez no estado do Rio Grande do Sul, um governo do Partido dos Trabalhadores, um conjunto de mudanças no extensionismo rural do

estado se iniciava. Ocupando cargos na direção da EMATER/RS-ASCAR, Caporal e Costabeber escreveram o artigo *Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: perspectivas para uma nova extensão rural* (2000), enfocando os elementos teóricos e conceituais que deram suporte para a construção de uma nova Extensão Rural, que denominaram de Extensão Rural Agroecológica. Já em 2004, após o encerramento de sua gestão, Caporal escreve um outro artigo, intitulado *Superando a Revolução Verde: a transição agroecológica no estado do Rio Grande do Sul, Brasil*, onde procura fazer um balanço dos esforços e resultados alcançados, a partir da implementação de ações de assistência técnica e extensão rural. Estes dois artigos constituem a base para análise do trabalho.

Na gestão administrativa da EMATER/RS-ASCAR, os autores dos textos, Francisco Roberto Caporal e José Antônio Costabeber exerceram, respectivamente, os cargos de Extensionista Rural e Diretor Técnico, e Extensionista Rural e Assessor Especial. Os dois tiveram uma trajetória de formação acadêmica muito semelhante: fizeram o mestrado em Extensão Rural pela UFSM – Universidade Federal de Santa Maria e realizaram o curso de pós-graduação, em nível de doutorado, no "Programa de Doctorado en Agroecología, Campesinado e Historia", no Instituto de Sociología y Estudios Campesinos, Universidad de Córdoba, Espanha, concluído em 1998. Esta formação acadêmica impulsionou a solidificação de suas formações teórico-conceituais e metodológicas em extensão rural e agroecologia, levando-os, no primeiro momento, a questionar o próprio papel intervencionista/difusionista da extensão rural, atrelada ao modelo convencional de agricultura e depois, a tentar colocar em prática um novo modelo de extensão rural, assentado em bases agroecológicas.

## **2.2. O conceito de agroecologia**

Tendo-se como referência as contribuições de importantes pesquisadores, principalmente Altieri (1995), um dos expoentes da abordagem agroecológica, os autores definiram a Agroecologia como “a ciência ou disciplina científica que apresenta uma série de princípios, conceitos e metodologias para estudar, analisar, dirigir, desenhar e avaliar agroecossistemas”, com o propósito de permitir a implantação e o desenvolvimento de estilos de agricultura com maiores níveis de sustentabilidade no curto, médio e longo prazos. Outros aspectos importantes são mencionados: não confundir a Agroecologia - enquanto disciplina científica ou ciência - com uma prática ou tecnologia agrícola, um sistema de produção ou um estilo de agricultura; encarar os agroecossistemas como unidade fundamental de estudo, onde

os ciclos minerais, as transformações energéticas, os processos biológicos e as relações socioeconômicas são investigadas e analisadas em seu conjunto, o que implica uma maior ênfase no conhecimento, na análise e na interpretação das complexas interações existentes entre as pessoas, os cultivos, os solos e os animais.

“Nessa ótica, e isto provavelmente constitui a principal virtude da Agroecologia - enquanto campo de estudos de caráter multidisciplinar -, suas pretensões e contribuições vão muito além dos aspectos meramente tecnológicos ou agrônômicos da produção, incorporando dimensões mais abrangentes e complexas que incluem tanto variáveis econômicas, sociais e ambientais, como variáveis culturais, políticas e éticas da produção agrícola. Estas são condições importantes quando se têm em conta as possibilidades de transição da agricultura convencional para estilos de produção com base ecológica e, portanto, com maiores graus de sustentabilidade no médio e longo prazos” (Caporal e Costabeber, 2000, p. 27).

### **2.3. A transição agroecológica**

Agregando mais complexidade ao conceito, pode-se entender a *transição* - neste caso, agroecológica - como o “processo social orientado à obtenção de índices mais equilibrados de sustentabilidade, estabilidade, produtividade, equidade e qualidade de vida na atividade agrária”, a única via capaz de atender requisitos de natureza econômica e socioambiental, entre outros.

Nesse contexto, e pensando nas bases teóricas para a Nova Extensão Rural, a transição agroecológica se refere a um “processo gradual de mudança, através do tempo, nas formas de manejo dos agroecossistemas”, tendo-se como meta a passagem de um modelo agroquímico de produção (que pode ser mais ou menos intensivo no uso de *inputs* industriais) a outro modelo ou estilos de agricultura que incorporem princípios, métodos e tecnologias com base ecológica.

Essa idéia de base ecológica se refere a um processo de evolução contínua, multilinear e crescente no tempo, sem ter um momento final determinado. Porém, por se tratar de um processo social, isto é, por depender da intervenção e da interação humana, a transição agroecológica implica não somente a busca de uma maior racionalização econômico-produtiva com base nas especificidades biofísicas de cada agroecossistema, mas também uma mudança nas atitudes e valores dos atores sociais em relação ao manejo e conservação dos recursos naturais. Por incluir considerações de natureza diversa (econômica, social, cultural, política, ambiental, ética, entre outras), “o processo de transição agroecológica não dispensa o progresso técnico e o avanço do conhecimento científico” (Costabeber, 1998).

### **3. ANÁLISE E DISCUSSÃO**

Como foi socialmente construída a Extensão Rural Agroecológica? Nos textos de Caporal e Costabeber, aqui utilizados para análise, pode-se encontrar os três elementos constituintes da abordagem construcionista proposta por Hannigan, ou seja, a natureza das exigências, os formuladores de exigências e o processo de criação de exigências.

Entre os elementos constituintes do construcionismo, foram identificados alguns que caracterizam bem o processo de criação e a natureza de exigências, seu conteúdo e as principais táticas retóricas utilizadas, a partir da problemática socioambiental e que podem ser sintetizados da seguinte maneira: o desenvolvimento sustentável, a agroecologia como paradigma diretivo e o novo profissionalismo.

#### **3.1. A construção social do problema socioambiental**

Nos dois artigos citados, os autores apontam os problemas socioambientais gerados pelo processo de modernização da agricultura baseado na Revolução Verde. Abaixo alguns dos argumentos que dão suporte à retórica de superação ao modelo de Revolução Verde e à transição agroecológica:

“O primeiro aspecto a observar é que o modelo da ‘modernização conservadora’ tornou-se hegemônico embora não seja acessível para a maioria dos agricultores e seja responsável, pelo menos parcialmente, pela exclusão de famílias inteiras e de assalariados rurais. Isto quer dizer que, mesmo sendo dominante, se trata de um modelo que foi implantado parcialmente, isto é, ele chegou apenas a parte das regiões, parte dos agricultores, parte dos cultivos e das criações, de forma seletiva, ao mesmo tempo incluindo e excluindo agricultores. Trata-se de um modelo que levou à redução dos níveis de segurança alimentar que existiam em diferentes regiões do estado, especialmente naquelas em que passou a predominar a monocultura de soja no período do verão e de alguns cereais, como o trigo, no inverno...”

Outro aspecto assinalado, inerente ao modelo baseado em monoculturas, contribuiu para reduzir a biodiversidade dos agroecossistemas, do mesmo modo que a necessidade de ocupação de maiores áreas e o crescente uso da madeira para diversos fins, principalmente energéticos, levaram ao aumento do desmatamento, conforme demonstra o estudo realizado pela FATEC – Fundação de Apoio à Tecnologia e à Ciência, da UFSM – Universidade Federal de Santa Maria, divulgado em 1983. O desmatamento levou a uma redução criminosa da cobertura florestal nativa, que passou dos 40% originais para apenas 5,62%, ou seja, dos 10.764.000 hectares restavam 1.585.731 hectares com cobertura florestal...

No que tange à erosão, já foram constatados problemas mais graves nas décadas de 1960 a 1990. Pesquisas demonstraram que em áreas com manejo convencional eram perdidas, em média, até 25 toneladas de solo fértil por hectare/ano...

Mas um dos problemas mais graves e ainda extremamente preocupantes da agricultura convencional diz respeito ao uso dos agrotóxicos. Segundo dados disponíveis, o Rio Grande do Sul tem se mantido entre o segundo ou terceiro estado maior consumidor de agrotóxicos do Brasil. Nossa média, em 2002, se situava na casa dos 2,62 kg por hectare/ano. Os gastos com pesticidas agrícolas no Brasil superam a casa dos US\$ 2,7 bilhões por ano. Segundo estudo da Universidade de São Paulo – USP, a taxa de crescimento anual do consumo de pesticidas, entre 1988 e 1998, foi de 4% na América do Norte, 4,6% na Europa Ocidental e 5,4% na América Latina. No Brasil, entre 1993 e 1998 esta taxa foi de 6,7% ao ano...

Do ponto de vista ambiental, um dos graves problemas causado pelos agrotóxicos está relacionado com a quantidade de embalagens contaminadas que continuam sendo espalhadas no nosso entorno rural e urbano (apesar da legislação vigente). E não é pouca coisa. Segundo a ANDEF, mais de 300 milhões de embalagens de agrotóxicos foram consumidas entre 1987 e 1997. Em média, seriam 30 milhões por ano...

Mas, além dos aspectos econômicos e ambientais relacionados com os agrotóxicos... uma recente pesquisa demonstra que a contaminação está na nossa mesa: “Morango temperado com endossulfan e tetradifon; mamão com dicofol e metamidofós; alface com ditiocarbamatos e clorotalonil. São apenas alguns exemplos de agrotóxicos não autorizados para essas culturas, mas detectados nos alimentos em um estudo da ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária...

Mas o problema dos venenos agrícolas não pára por aí. Há evidências, inclusive no Rio Grande do Sul, da probabilidade de relação entre intoxicação por pesticidas (ditiocarbamatos, por exemplo) e a ocorrência de casos de suicídio, assim como há pesquisas relacionando o uso de agrotóxicos com a ocorrência de malformações de fetos humanos” (Caporal, 2004).

Sintetizando, os principais impactos negativos deste estilo de agricultura são a exclusão social de muitos agricultores; a redução dos níveis de segurança alimentar; a redução da biodiversidade dos agroecossistemas; o desmatamento; a erosão do solo; o uso indiscriminado de agrotóxicos, com sérios danos ao meio ambiente, à saúde humana e contaminação de alimentos. Estes efeitos negativos são relatados por dados e estudos técnico-científicos e constituem a base do discurso, o primeiro elemento da estratégia retórica, ou seja, fornecem os fatos básicos que moldam o discurso subsequente da criação de exigências.

Ao tratar do tema-chave da sustentabilidade e de sua grande ambigüidade, para fazer frente à degradação socioambiental e ante a incapacidade de se controlar as “externalidades” inerentes ao “modelo hegemônico capitalista”, Caporal e Costabeber discutem a necessidade de um “outro desenvolvimento”, um desenvolvimento “sustentável”, que busque respostas à problematização da relação entre sociedade e natureza. Nesse sentido de sustentabilidade, duas correntes são apontadas, que eles definem como “ecotecnocrática” e “ecossocial”. A

primeira delas, parte da necessidade de um crescimento econômico continuado, tentando resolver a equação entre crescimento, sociedade e meio ambiente pela adoção de um otimismo tecnológico e mecanismo de mercado como podem ser o estabelecimento de preços a produtos e serviços da natureza, a cobrança de taxas ou impostos pela deterioração ambiental ou o artifício de internalização das “externalidades”. Essa corrente ecotecnocrática, pressupõe a aplicação do mesmo padrão tecnológico dominante, e no caso da agricultura, com a incorporação de tecnologias menos danosas ao meio ambiente, o que tem sido chamado de “Revolução Duplamente Verde” em referência à “Revolução Verde”, responsável pela modernização tecnológica e capitalização da agricultura, mas desconsidera os efeitos perversos nas áreas sociais, econômicas e ambientais.

Já a corrente ecossocial, antagônica à perspectiva liberal e abraçada pela agroecologia, surge da junção dos enfoques culturalistas e ecossocialistas e do conceito de ecodesenvolvimento, proposto por Ignacy Sachs,

“que sustenta a necessidade de um novo critério de racionalidade que fosse amparado por duas dimensões de solidariedade: a solidariedade *diacrônica*, com respeito às gerações futuras, mas sem esquecer a solidariedade *sincrônica*, que deve ser estabelecida entre as gerações presentes. Além disso, supõe o pluralismo tecnológico, calcado na importância da utilização das tecnologias tradicionais e modernas de forma adequada, respeitando as condições do ecossistema local e, ao mesmo tempo, estando de acordo com as necessidades e decisões conscientes dos atores envolvidos nos processos de desenvolvimento. Se adverte, desde então, que o mercado é imperfeito e incapaz de resolver todos os problemas - especialmente os socioambientais -, podendo, inclusive, gerar um ‘mau desenvolvimento’” (Caporal e Costabeber, 2000, p.20).

Dada a comprovação de que os modelos centrados no imperativo do crescimento econômico não alcançaram os objetivos pretendidos, o que seria posteriormente declarado como algo impossível, Caporal e Costabeber (2000) fazem claramente sua opção pela corrente ecossocial, que sugere estratégias alternativas não apenas no que se refere à organização do trabalho como também às formas de produção e comercialização. Além disso, defendem um desenvolvimento que respeite os distintos modos de vida e as diferentes culturas e que favoreça a preservação da biodiversidade. Em síntese, propõem uma mudança no sistema e nas orientações econômicas dominantes, em favor de novas estratégias que, baseadas na descentralização dos processos produtivos, sejam compatíveis com as condições ecológicas e capazes de incorporar as identidades étnicas e seus respectivos valores culturais.

Encontramos agora os argumentos que imputam a necessidade urgente de um “novo modelo de desenvolvimento, de agricultura e de extensão rural”, ancorado em dimensões

ambientais, sociais, econômicas, culturais e políticas, conforme se pode verificar nos argumentos acima descritos. Estão aqui apresentadas as garantias retóricas para o processo de criação das exigências do construcionismo, ou seja, as justificativas para exigir que seja levada a cabo uma ação.

A ação que se propõe a EMATER/RS-ASCAR se reveste de um compromisso social da Nova Extensão Rural do Rio Grande do Sul:

“A crise socioambiental com que nos defrontamos neste final de século colocou em xeque as bases teóricas e metodológicas que sustentaram o estabelecimento do atual modelo de crescimento econômico e sua reiterada inobservância dos limites impostos pela natureza. Entre nós, as *irracionalidades* do modelo hegemônico - que alguns teimam em confundir com *desenvolvimento* - se expressam em forma de miséria, fome, desemprego e outros mecanismos de exclusão social...

Neste exato momento, entretanto, o exemplo que aqui tomamos, da Extensão Rural pública do Rio Grande do Sul - demonstrando sua capacidade e sua visão de futuro - mostra que, para ser Nova, ela busca desatar-se das amarras do neo-liberalismo e suas correntes ecotecnocráticas e empreende uma desafiadora jornada, propondo-se a realizar uma nova Missão (“promover a construção do desenvolvimento rural sustentável, com base nos princípios da Agroecologia, através de ações de assistência técnica e extensão rural e mediante processos educativos e participativos, objetivando o fortalecimento da agricultura familiar e suas organizações, de modo a incentivar o pleno exercício da cidadania e a melhoria da qualidade de vida”), assim como novos objetivos principais (“obtenção de níveis mais equilibrados de sustentabilidade, estabilidade, produtividade, equidade e qualidade de vida”) e novas estratégias, todos subordinados aos ideais da sustentabilidade ambiental e da equidade social” (Caporal e Costabeber, 2000, p.30).

Ao contextualizar a extensão rural agroecológica já se pode evidenciar a necessidade de se buscar um outro desenvolvimento, respaldado na agricultura sustentável, e na ação da nova extensão rural. Esta ação exige ainda, segundo Caporal e Costabeber, (2000):

(1) a adoção da Agroecologia como paradigma diretivo para promover o manejo adequado dos recursos naturais e para reduzir os impactos sociais, econômicos e ambientais negativos, causados pela mal denominada agricultura *moderna*;

(2) por entender que a agricultura é um processo de construção social e que, portanto, são as famílias rurais que devem assumir o papel de sujeitos ativos nos processos de desenvolvimento socioeconômico e cultural de suas comunidades;

(3) o reconhecimento de que entre os agricultores e suas famílias existe um saber local, um conjunto de conhecimentos que, embora não sendo de natureza científica, é tão importante quanto os nossos saberes;

(4) um “novo profissionalismo”, capaz de ver a agricultura e os agricultores de modo distinto do que até agora conseguiu ver. Mais do que um simples difusor de pacotes tecnológicos intensivos em capital, o novo profissional da Extensão Rural deve estar preparado para compreender que os agroecossistemas ou sistemas agrícolas coevoluem com os sistemas sociais e biológicos;

(5) a continuidade da interação da Extensão Rural com a sociedade civil organizada. No entanto, parece claro que a consolidação do processo de mudança em curso exigirá ainda o comprometimento e a responsabilização das instituições de ensino e pesquisa, pois, a transição do modelo agroquímico para estilos de agricultura de base ecológica requer um urgente progresso tecnológico e um significativo avanço do conhecimento científico.

Estão colocados de maneira muito clara, portanto, os argumentos que consolidam a proposta de extensão rural agroecológica, as conclusões retóricas do processo de criação de exigências, ou seja, estão postas as condições necessárias para aliviar ou erradicar o problema socioambiental.

Nesse emaranhado de argumentos, que aparecem aqui e acolá e não de forma seqüencial, encontra-se todos os três componentes principais da estratégia retórica, as bases, garantias e conclusões. Estes também estão imbricados nos três subprocessos de criação de exigências, animação, legitimação e demonstração do problema socioambiental. Uma pergunta normalmente formulada na averiguação do processo de criação de exigências diz respeito a quem os formuladores se dirigem e que preocupações e interesse o público dos formuladores de exigência levantaram.

Uma resposta parcial pode ser encontrada no seguinte trecho, onde é ressaltada a sociedade gaúcha “por seu espírito de luta e consciência” em relação aos problemas socioambientais provocados pelo modelo tecnológico da Revolução Verde - RV :

“O Rio Grande do Sul, por tradição histórica e condições agroclimáticas, foi um dos primeiros estados brasileiros onde a RV ganhou expressão, mas foi também pioneiro na luta ambientalista e na batalha contra as externalidades negativas dos pacotes tecnológicos, especialmente no que diz respeito aos agrotóxicos. A consciência acerca dos impactos da RV sobre o meio ambiente e sobre a saúde foi geradora de crescentes movimentos de resistência de parcela importante da sociedade gaúcha, que reivindica, desde meados dos anos 1980, a necessidade de banir alguns pesticidas, diminuir o uso de agrotóxicos, eliminar práticas agrícolas danosas ao solo e às águas superficiais e subterrâneas, eliminar as queimadas e reduzir o desmatamento, entre outras questões. Tais movimentos trazem entre suas bandeiras a luta por uma agricultura nova, socialmente justa e ambientalmente sustentável, para usar expressões que se popularizaram nas últimas décadas” (Caporal, 2004, p.2).

No entanto, ao longo dos dois artigos, os autores se dirigem à sociedade em geral e aos agricultores em particular, principalmente os de base familiar, principais beneficiários das ações de extensão rural. Também se dirigem aos representantes dos poderes executivos e legislativos, em todos os níveis, federal, estadual e municipal, responsáveis que são pela elaboração e implementação de políticas públicas, que direta ou indiretamente vão afetar os rumos da extensão rural e dos próprios agricultores. Mensagens também são dirigidas especificamente, ao público interno, isto é, aos extensionistas rurais, responsáveis pela condução das atividades de assistência técnica e extensão rural nos municípios gaúchos.

Caporal e Costabeber, os formuladores de exigências, fazem uso da retórica como recurso de linguagem, apresentando as três categorias de afirmações, as bases, as garantias e as conclusões para persuadirem o seu público. Cabe salientar que estes formuladores desempenham um papel importantíssimo na construção das exigências dos problemas socioambientais. Os autores são membros antigos da organização, com muitos anos de trabalho dedicados à EMATER/RS-ASCAR, portanto, conhecedores profundos do serviço de assistência técnica e extensão rural. Além da experiência prática, a formação profissional, com nível de mestrado e doutorado, nas áreas de extensão rural e agroecologia, lhes dá também uma credencial “teórica” para conduzir o processo de mudança em direção a uma extensão rural agroecológica. Soma-se a isso, uma nova gestão política no governo do Rio Grande do Sul, comandada pelo Partido dos Trabalhadores, “com preocupações sociais e ambientais” e objetivos de “democratização”, “resgate da cidadania” no campo e na cidade, objetivos estes que podem ser traduzidos pela necessidade de uma “nova” extensão rural. A experiência profissional e as credenciais de cada um, aliado ao compromisso político do novo governo, garantem a legitimidade da escolha dos “condutores” da experiência pioneira de extensão rural agroecológica, e também a escolha das táticas retóricas utilizadas pelos formuladores de exigências.

Para ajudar na interpretação e análise da construção da extensão rural agroecológica considerou-se também a noção de risco e de sujeitos-atores, presentes na abordagem proposta por um outro autor, Ulrich Beck. A teoria sobre a “sociedade de risco”, de Beck e os trabalhos sobre a modernização ecológica de Spaargaren, Mol, Janicke e outros, são apontados por Buttel (2000), como as contribuições mais visíveis para a sociologia ambiental, ancorados na modernização reflexiva, que vêm desempenhando papéis importantes na conceitualização dos processos de qualidade de vida. A noção de reflexividade – a de que os cidadãos-atores não são apenas recipientes passivos do arco de forças da

modernidade/modernização, alerta para o fato de que a modernização pode-se voltar sobre si mesma, de forma a encarar os problemas que criou.

A noção de modernização reflexiva de Beck (1995) está intimamente ligada à sua teoria da “sociedade industrial” em “sociedade de risco”. Seu conceito de modernização reflexiva baseia-se na noção de que quanto mais o processo de modernização simples prossegue, (essencialmente a racionalização e a industrialização capitalistas, cingidas pelo desenvolvimento científico-tecnológico), mais os alicerces da sociedade industrial são dissolvidos, consumidos, alterados e ameaçados. A modernização é percebida como tendo levado a um conjunto de riscos e azares que não apenas ameaçam as atuais gerações, mas também podem prejudicar a qualidade de vida e possivelmente a própria sobrevivência das gerações futuras. O reconhecimento público crescente destes azares e riscos é um dos principais precipitadores da “modernização reflexiva” e, finalmente, da sociedade de risco. Outro precipitador é o declínio das instituições parlamentares, a individualização da política, o declínio da classe e o papel crescente das “subpolíticas”.

Por parte dos protagonistas do discurso da extensão rural agroecológica, encontra-se os elementos da teoria da modernização reflexiva (a individualização da política e o papel da subpolítica), na medida em que estes mediadores técnicos e também políticos, enquanto indivíduos, desempenham papéis fundamentais no questionamento da sociedade “industrial”, apontando os riscos ambientais e socioeconômicos oriundos deste modelo, elaborando um discurso transformador, e se aliando a grupos políticos, para a promoção de uma ação coletiva na tentativa de colocar em prática o próprio discurso. Depara-se com uma questão intrigante, e que não fará parte deste estudo: de que forma o público beneficiário das ações de extensão rural, foi ator-sujeito ativo, exerceu seu papel político, individual e/ou coletivamente?

## **CONCLUSÃO**

Uma primeira questão para reflexão: a extensão rural agroecológica foi uma construção social bem sucedida?

De acordo com Hannigan (1997), para uma formulação ou construção bem sucedida de um problema socioambiental precisam estar presentes seis elementos: autoridade científica para validar as demandas; popularizadores que possam estabelecer as pontes entre a ciência e os ambientalistas; o papel ativo da mídia, que apresenta o problema como grave e novo; a dramatização do problema em termos simbólicos e visuais; incentivos econômicos para tomar

ações concretas e a emergência de uma liderança institucional, que possa assegurar a legitimidade da definição do problema ambiental assim como a continuidade da organização.

Neste trabalho não foi possível examinar todos os elementos, porque se utilizou como objeto de análise apenas duas falas dos principais expoentes da extensão rural agroecológica, sendo uma no início e outra no fim de sua gestão administrativa. Assim, os papéis dos populizadores, da mídia e dos incentivos econômicos não puderam ser analisados no âmbito deste trabalho.

Entretanto, pode-se identificar no discurso as tarefas ou processos fundamentais do construcionismo: definição dos problemas socioambientais, despertando a atenção da sociedade e levando à ação, os formuladores de exigências, que se empenharam numa variedade de atividades que se inter-relacionaram constantemente, como a definição coletiva dos problemas potenciais e a ação coletiva necessária para os minorar. Os problemas socioambientais seguiram uma certa ordem temporal de desenvolvimento, visto que progrediram desde a descoberta inicial (primeiro discurso em 1994) até a política de implementação (de 1999 a 2002).

Pode-se parcialmente concluir que, enquanto atos de comunicação em prol da extensão rural agroecológica, os textos analisados representam uma construção social bem sucedida, conforme a ferramenta analítica construcionista proposta por Hannigan, delimitando os três focos sugeridos para os problemas socioambientais, quais sejam a natureza das exigências, os formuladores de exigências e o processo de criação de exigências. A construção social da extensão rural agroecológica apresenta uma construção retórica sedimentada, fundamentada em argumentos consistentes, oferecendo as bases, as garantias e as conclusões do ato comunicativo, com apelos racionais, dramáticos e com credenciais legitimadoras. Os formuladores de exigências, ou simplesmente retores, aqueles que emitem o discurso, constituíram a autoridade científica e exerceram a liderança institucional, assegurando a legitimidade da definição dos problemas socioambientais.

Outra questão nesta reflexão final: ao construir com sucesso as bases para a nova extensão rural agroecológica, do ponto de vista da abordagem construcionista, os autores dos artigos analisados se afastaram da realidade? Dito de outra maneira, a extensão rural agroecológica é uma vertente realista ou construtivista?

Para Hannigan (1997), os problemas ambientais são semelhantes, em muitas formas, aos problemas sociais em geral. Existem, contudo, algumas diferenças importantes. Os problemas sociais no discurso são tratados pelo seu poder retórico com argumentos morais em vez dos factuais. Pelo contrário, os problemas ambientais, como envenenamento por

pesticidas ou o aquecimento global, enquanto moralmente condenados, são ligados mais diretamente às descobertas e exigências científicas, quer dizer, os problemas ambientais são freqüentemente originados no domínio da ciência. Uma das razões para isto é o fato das pessoas comuns não terem nem o conhecimento, nem os recursos para encontrar novos problemas. Problemas ambientais são representados como reais, identificáveis e intrinsecamente danosos (realistas). Para ilustrar uma posição construtivista de um problema social, mostra que a poluição não se tornou um problema social até que os ativistas ambientais fossem capazes de convencer outros a se preocuparem com as condições que existiram na realidade durante algum tempo.

Na discussão sobre construtivismo e realismo Guivant (2002) introduz um outro conceito, baseado nas idéias de Beck, o conceito de risco ambiental, para se obter uma perspectiva mais clara sobre os riscos que as pessoas estão expostas. Para isso não se deveria recorrer exclusivamente a mais pesquisa. O foco deveria estar em examinar como os conceitos de risco são parte de suas visões de mundo. Há padrões culturais nas formas em que certos fenômenos são vistos como “problemas” ou “riscos” ambientais e estes padrões estão sujeitos à mudança no tempo e no espaço. Mais que ver os “problemas” como realidades externas às sociedades e às culturas, poderiam ser vistos como resultado de uma combinação de significados, que dão sentido a certos objetivos. O mesmo se passa em relação ao conhecimento de peritos e leigos. Nesta perspectiva, todo o conhecimento sobre o meio ambiente está contido em contextos socioculturais nos quais o conhecimento é gerado, sendo isto válido tanto para os peritos quanto para os leigos. O conhecimento científico não é livre de valores. Um risco ambiental não seria um fenômeno estático, objetivo, mas constantemente construído e negociado como parte de uma rede de interação social e de formação de significado. As avaliações dos peritos sobre o meio ambiente, longe de serem objetivas, neutras, seriam construídas a partir de pressupostos sobre os processos sociais e culturais, da mesma forma que as avaliações dos leigos.

Num primeiro momento, e a partir das análises feitas exclusivamente tomando os dois artigos como referência, não é possível afirmar que a proposta de uma extensão rural agroecológica rumo ao desenvolvimento sustentável segue uma posição realista e/ou construtivista. Como já comentado, as falas nos dois textos apresentam os elementos de uma abordagem social construcionista/construtivista, demonstrada na construção da problemática socioambiental, com as preocupações com as noções de risco, com a equidade do conhecimento entre peritos e leigos, com a participação popular nos processos de decisão (os agricultores como atores, sujeitos ativos), através dele próprio como indivíduo, ou

coletivamente através de organizações representativas. Este estudo carece de averiguação da outra ponta do discurso, isto é, do público beneficiário das ações de extensão rural, para confrontar as visões de mundo destes em relação aos problemas socioambientais e sua efetiva participação na elaboração e implementação de alternativas de soluções realmente agroecológicas, com a fala dos retores. Mesmo assim, é possível perceber também a presença do realismo (ainda que reconhecendo esta carência), pelos dados factuais sobre a degradação ambiental e social comprovados cientificamente e sustentados e legitimados pela cientificidade dos próprios autores dos textos e pelos resultados alcançados pelos autores/administradores.<sup>4</sup>

Finalizando, registramos um trecho do discurso dos retores que sintetiza a construção da extensão rural agroecológica, para levantar uma outra questão:

”A construção de contextos de sustentabilidade poderá servir de guia para que as ações da extensão rural se distanciem gradualmente do caminho perverso representado pela intensificação tecnológica que desconsidera as agressões ao meio ambiente - e suas conseqüências de médio e longo prazos -, a exclusão social de importantes segmentos da sociedade e a perda de autonomia das populações rurais em relação aos seus anseios e projetos de desenvolvimento. Além disso, ajudaria recuperar formas de organização social e de conhecimento e saber local, que se contraponham ao modelo de desenvolvimento hegemônico, tratando de potencializar a máxima ecológica, que propõe *agir localmente e pensar globalmente*. Em poucas palavras, meio ambiente e sociedade constituem os dois pilares básicos de toda e qualquer proposta de extensão rural dirigida à promoção da qualidade de vida, à inclusão social e ao resgate da cidadania no campo, e isto implica a busca permanente de contextos de sustentabilidade crescente” (Caporal e Costabeber, 2000, p.24).

Aos atos de comunicação, seguiram-se atos administrativos capazes de consolidar a nova extensão rural, com base em princípios agroecológicos e na construção de contextos de

---

<sup>4</sup> Estes resultados estão apresentados no item 3. Dados da transição agroecológica no Rio Grande do Sul: superando o paradigma dominante, do artigo de Caporal (2004). Resumidamente, entre as ações no campo da saúde, da cidadania e do bem-estar social, destaca-se o fornecimento de documentação básica para mulheres das mais diversas regiões do estado, as ações em saneamento básico (esgoto doméstico), ações preventivas de saúde através de programas de controle mecânico e biológico de vetores/simulídeos, a Educação Ambiental, o resgate do conhecimento popular sobre Plantas Medicinais, a merenda escolar baseada na compra de produtos localmente produzidos e oriundos da agricultura familiar de suas respectivas regiões, estabelecer conhecimentos básicos para o combate do desperdício de alimentos produzidos nas pequenas propriedades e estimular e melhorar a utilização dos produtos para o consumo nas propriedades rurais. Estas iniciativas evidenciam que a preocupação com a segurança alimentar constitui um elemento central da proposta agroecológica antes mencionada. Com respeito à questão da transição agroecológica, especificamente na agropecuária, esforço este que vem sendo realizado por agricultores do Rio Grande do Sul assistidos pelos extensionistas da EMATER/RS, os dados demonstram a existência de um grande número de famílias rurais que estão participando deste processo, assim como uma expressiva variedade de culturas e criações que estão sendo cultivados ou manejados ecologicamente ou em fase de transição para uma produção de base ecológica.

sustentabilidade alternativa ao modelo de desenvolvimento, assentado na racionalidade econômica, na lógica de mercado, própria da política econômica neoliberal? Esta questão fugiu ao escopo do trabalho, mas que sugere uma continuação para analisar o conjunto da obra, isto é, o discurso e a prática da extensão rural agroecológica, sua coerência, os conflitos de interesse e socioambientais, a partir de outros pontos de vistas, de outros discursos, por exemplo, os beneficiários das ações da extensão rural (incluídos e excluídos), o público interno (a favor e contra a proposta), os políticos e a sociedade em geral (principalmente, os contribuintes/consumidores urbanos e rurais).

## **BIBLIOGRAFIA**

BECK, Ulrich. “A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva” in: **Modernização reflexiva**. São Paulo, Ed. da Unesp, 1995. pp.11-72; 207-218;

BUTTEL, Frederick H. “Sociologia ambiental, qualidade ambiental e qualidade de vida: algumas observações teóricas” In: HERCULANO, Selene; PORTO, Marcelo F. de S.; FREITAS, Carlos M. de (Orgs.). **Qualidade de vida e riscos ambientais**. Niterói, EdUFF, 2000. p. 29-48.

CAPORAL, F. R. **Superando a Revolução Verde: A transição agroecológica no estado do Rio Grande do Sul, Brasil**. Porto Alegre, 2004. mimeo.

CAPORAL, F. R.; COSTA BEBER, J. A. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: perspectivas para uma nova extensão rural. In: **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v.1, n.1, p.16-37, jan./mar. 2000.

GUIVANT, Julia S. Os debates entre realistas e construtivistas sociais na sociologia ambiental: implicações para o desenvolvimento rural sustentável e participativo. In: VI Congresso da ALSARU, **Anais**, Porto Alegre, 2002

HANNIGAN, John A. **A sociologia ambiental: a formação de uma perspectiva social**. Lisboa, Ed. Piaget, 1997 [cap. 1 e 2].